

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES NAS CIDADES LITORÂNEAS

COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: A LOOK AT ACTIVITIES IN THE COASTAL CITIES

Sergio Moraes Rego FAGERLANDE¹

Artigo recebido em 30/01/2022, aceito em 11/08/2022, publicado em 24/10/2022

Palavras-chave:

*Turismo de base comunitária;
Rio de Janeiro;
Cidades litorâneas;
Participação comunitária;
Políticas públicas de turismo comunitário.*

RESUMO

O artigo apresenta resultados do mapeamento das iniciativas de Turismo de Base Comunitária atualmente ativas nas cidades litorâneas do estado do Rio de Janeiro, sendo parte de uma pesquisa nacional sobre turismo em todo o litoral brasileiro, que vem sendo realizado pelo grupo CILITUR. A partir de um maior conhecimento dessas iniciativas, sua localização, os atores envolvidos, atividades desenvolvidas e o estado atual de cada uma delas, a pesquisa busca entender como as atividades de turismo contra-hegemônicas podem indicar caminhos dentro de um quadro de conflitos, sendo uma alternativa para o desenvolvimento desigual encontrado, e muitas vezes estimulado pelo turismo em geral. Através de pesquisa bibliográfica, em internet e visitas ao local foram pesquisadas as iniciativas, com todas as dificuldades dessas atividades quase sempre informais.

Keywords:

*Community-based tourism;
Rio de Janeiro;
Coastal cities;
Community Participation;
Community tourism public policies.*

ABSTRACT

The article presents results of the mapping of Community-Based Tourism initiatives currently active in coastal cities in the state of Rio de Janeiro, as part of a national survey on tourism in coastal cities throughout Brazil, which has been carried out by the CILITUR group. From a greater knowledge of these activities, their location, the actors involved, activities carried out and the status of each one of them, the research seeks to understand how counter-hegemonic tourism activities can indicate paths within a framework of conflicts, being an alternative to the uneven development found, and often stimulated by tourism in general. Through bibliographical research, on the internet and on-site visits, initiatives were researched, with all the difficulties of these almost always informal activities.

¹Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em urbanismo. Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Professor do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor convidado da École d'urbanisme de Paris. Pesquisador na área de turismo e cidades, com trabalho sobre turismo de base comunitária, e em especial favelas. E-mail: sfagerlande@fau.ufrj.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9269-0448>.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem grande parte de sua população em sua faixa costeira, e nela se concentra também a maioria das atividades ligadas ao turismo. Um dos mais importantes estados desse litoral é o Rio de Janeiro, que além de sua capital tem diversas cidades costeiras com tradição em atividades turísticas. O trabalho apresentado é parte de uma investigação nacional que vem mapeando as atividades do turismo em todo o litoral brasileiro¹. O trabalho mencionado vem sendo realizado no Laboratório Estudos e de Pesquisa em Cidades do Programa de pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEC PROURB UFRJ), e tem sido responsável pelo mapeamento de atividades de turismo de base comunitária (TBC) nas cidades do litoral do estado do Rio de Janeiro. Nesse artigo são mostrados resultados atualizados da pesquisa, ressaltando que são atividades em geral informais, e que tem apresentado mudanças contínuas. Desse modo buscamos colaborar para o entendimento de um panorama atual dessas atividades de TBC no estado, um dos mais importantes em relação ao conjunto de iniciativas de atividades de TBC em todo o país.

A pesquisa sobre o TBC também tem sido realizada no âmbito nacional dentro do Grupo CILITUR, e existe um interesse em trazer um mapeamento e uma categorização dessas atividades. Apresentamos os resultados a partir de uma formulação da classificação das atividades de TBC encontradas não somente no estado do Rio de Janeiro, mas em um processo de sistematização nacional dessas situações. O mapeamento vem sendo feito através da pesquisa nos lugares em que existem essas atividades, com visitas, pesquisa bibliográfica e através de internet. Desse modo podemos entender como vem se estabelecendo esse processo de turismo, quem são seus agentes, processos e conflitos. A pesquisa também se estende à legislação, em termos nacionais e estadual, dentro do entendimento do quadro atual. Através de mapas de localização e tabelas das atividades o artigo traz um retrato atual desse panorama das atividades, sempre em transformação.

Desse modo o trabalho que vem sendo realizado busca colaborar para um maior conhecimento de como vem se comportando o turismo comunitário no estado. Seu mapeamento e um olhar sobre as políticas públicas, a localização das atividades e o conhecimento sobre os grupos que são atores nesse processo de turismo se torna algo importante não somente para o estado, mas em um panorama nacional. Mesmo sendo

¹ Trata-se de um extrato da pesquisa tronco financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) denominada Turismo e Produção do Espaço no Litoral Brasileiro: processos, conflitos e contradições, desenvolvido pelo grupo CILITUR (Cidades Litorâneas e Turismo), composta por professores e pesquisadores da UFC, UFPE, IFPE, UFRPE, UFPB, UFRJ, UFRRJ, UFRN e IFRN.

em pequena escala, o TBC se coloca como uma alternativa anti-hegemônica ao turismo de massas, também relacionado a questões como sustentabilidade ambiental e social, sendo assim importante seu estudo.

2. METODO

O trabalho vem sendo desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, pela internet e em visitas de campo, mesmo com as dificuldades encontradas durante a pandemia atual. Desse modo buscamos ter dados atualizados dessas atividades, algo sempre difícil tendo em conta as fontes não serem oficiais, mas sim coletadas através de contato com os atores, pesquisa em redes sociais e internet em geral, o que possibilita que o trabalho possa ser desenvolvido mesmo de maneira virtual, e apresenta dados atualizados dessas iniciativas. O levantamento de informações sobre a existência das iniciativas vem sendo acompanhada de busca da permanência dessas em atividade, algo que se procurou através de atualização das informações, seja através de visitas, buscas em redes sociais e outros formatos atuais de comunicação. Sendo basicamente atividades não formalizadas, a dificuldade de busca por dados faz com que seja uma pesquisa através de fontes não formais também².

A pesquisa mostra estudos de políticas públicas, legislações em nível federal e estadual, e como se relacionam as iniciativas em diferentes contextos da história recente do país, em especial a partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, e pelo lançamento de Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária (MTur/No001/2008), em 2008, pelo governo federal (Silva; Ramiro e Teixeira, 2009) e da Lei Nº 7884 de 02/03/2018 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ALERJ (ALERJ, 2018). A partir dessas iniciativas e de outras, em especial no período dos grandes eventos esportivos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ficou nítido como projetos e políticas públicas de estímulo, como o Rio Top Tour, foram importantes para o desenvolvimento do TBC, nesse caso nas favelas cariocas.

O estudo do edital de 2008 e do TBC tem o livro de Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) como base fundamental, pois nele, além de diversos autores, como Cruz (2009) e Zaoul (2009), e também cada um dos casos de TBC financiados pelo edital são detalhados, com material importante para conhecimento do que ocorreu naquele momento (Silva; Ramiro e Teixeira, 2009).

No caso da cidade do Rio de Janeiro a pesquisa busca entender como vem se dando o processo de turismo nas favelas a partir de estudos como o de Freire-Medeiros (2006; 2009), Morais (2010), Menezes

² Muitas vezes as informações são encontradas em Facebook, TripAdvisor e outras fontes ligadas à comunicação e divulgação dessas iniciativas de TBC.

(2012), além de livros sobre o Museu de Favela MUF do Morro do Cantagalo (Pinto; Silva; Loureiro, 2012), sobre o Rio Top Tour no Morro Santa Marta (Rodrigues, 2014) e sobre o Projeto Morrinho e a comunidade do Morro do Pereirão (Rocha, 2013). São relatos sobre os movimentos sociais e de turismo comunitário nas favelas, fundamentais para se entender como foi se desenvolvendo a participação popular nesses processos de turismo em favelas, sempre controverso, e que passou a ser considerado por algumas comunidades como uma alternativa de geração de renda, maior visibilidade e que possibilitaria ganhos para os moradores dessas áreas tão excluídas da cidade.

A questão de como o turismo em favelas, em especial aquele conduzido pelas comunidades, passou a ser tema de interesse global, com estudos como os de Stenbrink, Frenzel & Koens (2012) e Menezes (2012) que trazem um olhar importante não somente sobre questões como geração de renda pelo turismo em favelas, mas também levantam problemas a respeito de como o turismo pode ser positivo ou negativo para as comunidades, trazendo problemas como gentrificação (Perlman, 2016; Fagerlande e Comelli, 2021).

Santos (2018) e Cáceres (2017) mostram questões referentes aos quilombos da cidade, suas relações tanto afetivas como de conflitos com o território, observando que muitas dessas comunidades se encontram em áreas de preservação ambiental. Autores como Irving (2009), Mielke e Pegas (2013), Mendonça et al (2017) tratam de como o TBC pode ser visto tanto como um processo de geração de renda como também uma forma de tratar a sustentabilidade ambiental, problemas frequentes em locais como quilombos, aldeias indígenas e comunidades tradicionais, especialmente em casos como a Costa Verde fluminense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TBC no estado do Rio de Janeiro

Para se entender como o TBC vem se desenvolvendo no estado do Rio de Janeiro, buscou-se conhecer inicialmente as iniciativas que constavam do edital de 2008 do Ministério do Turismo. A ideia de se promover atividades ligadas às tradições locais, respeitando o meio ambiente e trazendo ganhos diretos para os envolvidos, surgiu de maneira mais intensa com a criação, em 2003, do Ministério do Turismo, quando projetos ligados ao TBC passaram a ser patrocinados pelo governo federal, buscando uma maior participação popular e a potencialização das características locais. Dentro do financiamento proposto para os projetos de TBC em 2008, as propostas escolhidas atenderam a cinquenta projetos em favelas, áreas rurais, quilombolas, aldeias de pescadores, áreas ligadas a culturas tradicionais e áreas de proteção ambiental e unidades de conservação. Os projetos buscavam a proteção de atividades tradicionais, do meio ambiente e geração de

renda através do turismo. A escolha se deu em um universo de quinhentas propostas, mostrando o potencial dessas atividades no país, e da necessidade de financiamento e de políticas públicas para essa modalidade de turismo.

Quadro 1 - Lista de atividades de TBC na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	Nome Comunidade	Classificação comunidade	Projeto	Organização Social	Situação atual
Paraty	Trindade, Sono e Ponta Negra	Comunidade costeira/de praia	Promoção do turismo de base comunitária em Paraty: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA	Ativo no local, com outros grupos
Rio de Janeiro	Complexo da Maré	Favela	Vila Solidária	Ação Comunitária do Brasil - ACB	Inativa
Angra dos Reis	Vila do Aventureiro	Comunidade costeira/de praia	O Povo Aventureiro: Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Fapur	Ativo
Angra dos Reis Paraty e Ubatuba (SP)	Diversos	Quilombos, Aldeias Indígenas e Comunidade costeira/de praia	Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde	Associação dos Moradores do Campinho – Amoc	Ativo
Angra dos Reis, Paraty e São José do Barreiro (SP)	Parque da Bocaina	Ecoturismo	Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro	Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro	Inativo
Rio de Janeiro	Cantagalo	Favela	Tecendo Redes de Turismo Solidário	Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo	Ativo junto com o MUF
Rio de Janeiro	Pereira da Silva/Pereirão	Favela	Turismo no Morrinho	ONG Morrinho	Ativo
Rio de Janeiro	Paquetá	Comunidade urbana	Reviver Paquetá	Casa de Artes Paquetá	Ativo

Fonte: autor sobre Catálogo do MTur de 2008, 2021

É importante perceber que o Rio de Janeiro, ao lado do Ceará, foram os dois estados com maior participação, cada um com seis iniciativas agraciadas com financiamento, dentro das cinquenta selecionadas, apesar de que se forem contadas as iniciativas do Quadro 1 acima o número sobe para oito, pois duas dessas ações são compartilhadas com cidades do estado de São Paulo (Silva; Ramiro e Teixeira, 2009). Algumas dessas iniciativas não foram adiante, mas o estado tem muitas iniciativas ativas, seis em um total de oito, ainda que algumas com novos atores. São ações que marcam o processo de TBC, possibilitando o desenvolvimento de iniciativas semelhantes, ou no mesmo território, ainda que com novos grupos.

Nossa pesquisa sobre o turismo em favelas teve início em 2013, e em especial o TBC ali praticado (Fagerlande, 2016; 2017; 2018). Trata-se de um processo extremamente dinâmico, e que vem passando por

crises sucessivas. Além de problemas de mudanças de rumo na política nacional para o setor, com o desestímulo ao turismo comunitário a partir de 2016, se somou a isso, em especial no caso da cidade do Rio de Janeiro, o peso do período pós olímpico, em que além de questões políticas, como prisão de governadores, como no caso de Sergio Cabral e Pezão, houve um desmantelamento da política de segurança, com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não mais cumprindo seu papel de garantir a circulação pelas favelas, e assim uma crise na visitação desses lugares e ainda mais um grande fechamento do número de albergues (*hostels*), que vinha crescendo desde 2010 (Fagerlande e Comelli, 2021).

A pesquisa mostrou também que mesmo sem um apoio maior de instâncias federais, em 2018 foi lançada a lei estadual em que se definem quais iniciativas podem ser consideradas como TBC no estado. Mesmo com o fim de políticas de estímulo ao TBC pelo governo federal, a iniciativa da criação de uma lei estadual no Rio de Janeiro, Lei Nº 7884 de 02/03/2018 da ALERJ (ALERJ, 2018), que instituiu a Política Pública de Turismo Comunitário, que prevê que essas atividades devam ser realizadas em áreas de interesse turístico no estado do Rio de Janeiro, e que são ligadas a presença indígena, quilombos e favelas turísticas, mostra uma possibilidade de estímulo a essas atividades no estado. Apesar de aparentemente favorável ao TBC, ao se ouvir os agentes locais de turismo, são verificadas críticas a essa lei em lugares como as favelas. A necessidade de formalização das atividades é tratada como algo controverso por muitos que trabalham com o TBC, em geral muito informais. Essa categorização foi uma das bases para o nosso trabalho, mas como se trata de pesquisa nacional, houve a necessidade de consolidar termos que consigam abarcar as diferentes situações que encontramos na pesquisa nos estados pesquisados, além do Rio de Janeiro. Nessa lei existe o reconhecimento dos locais e comunidades em que existe TBC, como povos e comunidades tradicionais, que são

“...grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição (ALERJ, 2018)”.

Nesse contexto são reconhecidas as reservas indígenas; comunidades quilombolas; comunidades de pescadores e favelas com histórico de visitação turística. Nesse artigo passamos a utilizar uma classificação baseada nessa legislação, mas com pequenas diferenças, com quilombos, aldeias indígenas, favelas, comunidades urbanas e comunidades costeiras/praiadeira. Além dessas para efeito de classificação nacional definimos comunidades ribeirinhas e comunidades rurais, não encontradas no estado do Rio de Janeiro. Cabe salientar que essas definições buscam atender a critérios nacionais da pesquisa CILITUR, mas podem

ser modificadas caso necessário no andamento do processo de pesquisa, que no momento abrange o estado do Rio de Janeiro e estados do Nordeste.

Nesse mapeamento do TBC no estado do Rio de Janeiro foram encontradas trinta iniciativas de TBC em 2021, número inferior ao que havia sido encontrado em 2019, devido aos problemas indicados, e mais especificamente agora por conta da pandemia. Algumas dessas atividades podem voltar a funcionar, mas optou-se por um registro mais cauteloso. O turismo em geral tem sido uma das atividades mais atingidas nesse período, e locais com grandes fragilidades sociais, como aqueles focados nesse trabalho, por certo são aqueles em que as possibilidades de defesa frente à pandemia é ainda menor.

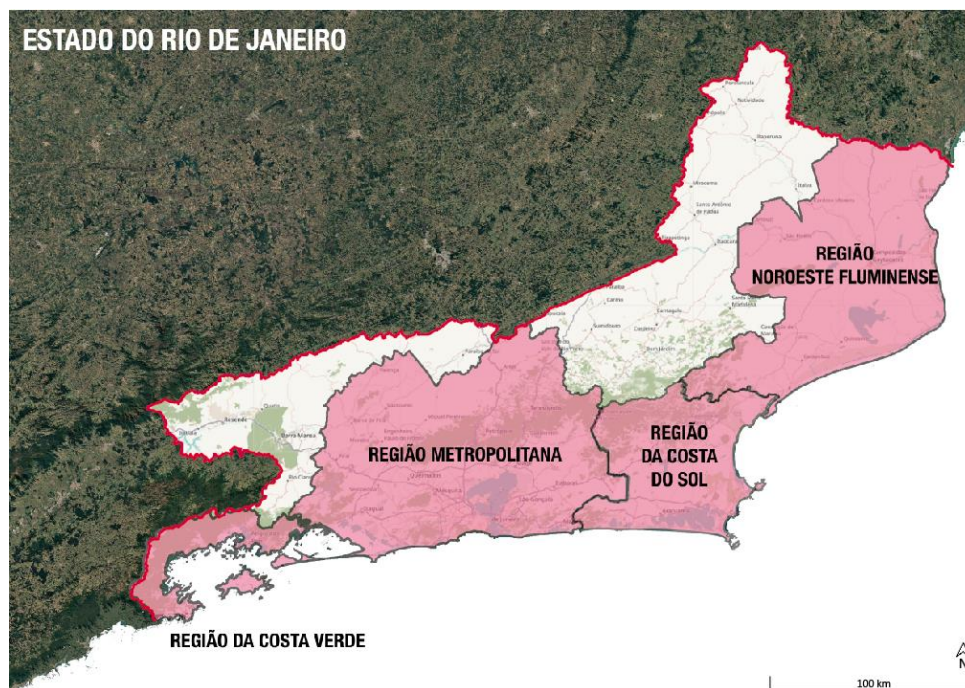


Figura 1 – Mapa da divisão por regiões turísticas litorâneas do estado do Rio de Janeiro
Fonte: LEC, 2021.

Em relação ao recorte espacial, foi seguida a divisão indicada pela Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), que divide o estado do RJ em seis regiões turísticas: Agulhas Negras, Costa do Sol, Costa Verde, Metropolitana, Serra Verde Imperial e Vale do Café (Mendonça et al, 2017), mas para essa pesquisa sobre as cidades litorâneas foram designadas as regiões da Costa Verde, Região Metropolitana, Costa do Sol e Região Noroeste, como mostra o mapa a seguir (Figura 1). Dentro desse recorte as cidades pesquisadas foram as de fato litorâneas.

3.1.1 O Turismo de base comunitária na metrópole: casos do Rio de Janeiro

Ao se começar a pensar em TBC, vem quase sempre à mente pequenas vilas de pescadores, comunidades rurais ou aldeias indígenas isoladas em áreas de difícil acesso. Essa é uma realidade existente em muitas das localidades em que encontramos TBC, com certeza. Mas não é somente nesses lugares que os moradores se juntam em busca de mostrar o que suas comunidades têm de interesse a quem as quer visitar.

Na área metropolitana a capital do estado tem muitas atividades ligadas ao turismo em geral, com o turismo comunitário presente em favelas turísticas e em locais como áreas remanescentes de quilombos. Outras cidades da região metropolitana como Niterói, Magé, Guapimirim e Maricá apresentam uma diversidade de possibilidades, como quilombos, colônias de pescadores e mesmo aldeias indígenas, ainda que em pequeno número, mas mostrando algumas iniciativas ligadas a coletivos populares. Existem iniciativas ligadas à preservação do meio ambiente, em áreas de proteção ambiental do fundo da Baía de Guanabara que se apresentam como possibilidades de ligação entre o turismo, as comunidades e a preservação local, caso da APA de Guapimirim.

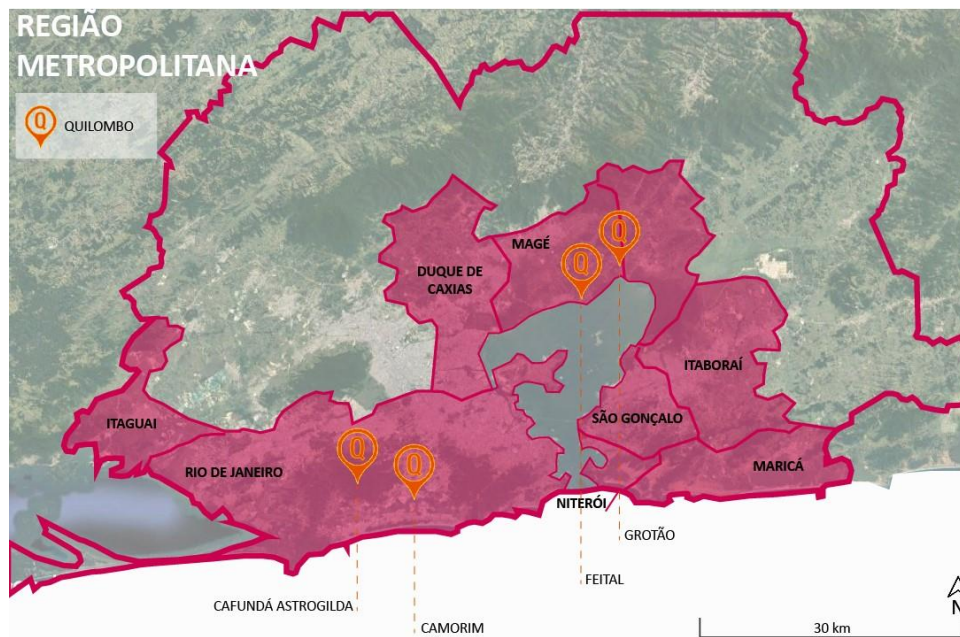


Figura 2 – Atividades de TBC (Quilombos) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Fonte: LEC, 2021.

A pesquisa buscou mostrar em mapas e tabelas (quadros) as iniciativas encontradas. Na Figura 2 podem ser localizados os quilombos, nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Magé. O mapa seguinte, da Figura 3, mostra as aldeias indígenas, localizadas em Niterói e Maricá, além de uma comunidade urbana, ou tradicional, na ilha de Paquetá, e uma comunidade costeira/de praia, no caso na APA de Guapimirim, no fundo da Baía de Guanabara.

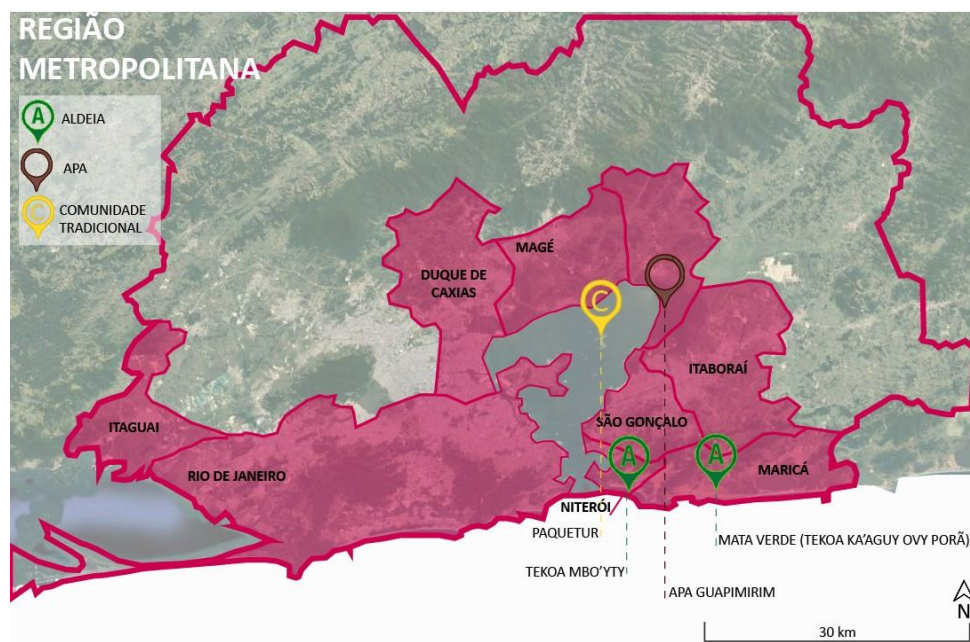


Figura 3 – Atividades de TBC (Aldeias Indígenas, Comunidades praieiras-APA, Comunidades tradicionais) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: LEC, 2021

Ao lado das iniciativas incluídas nos mapas acima, a cidade do Rio do Janeiro apresenta diversos casos de favelas turísticas em que se encontram atividades de TBC. No mapa abaixo (Figura 4) podem ser localizadas as iniciativas, a maior parte delas localizadas na zona sul carioca.



Figura 4 – Atividades de TBC (Favelas) na cidade do Rio de Janeiro
 Fonte: LEC, 2021

O Quadro 2 apresenta as atividades de TBC na Região metropolitana, em que se verifica que as favelas têm a maior quantidade dessas atividades. Em meio a dezessete locais com grupos que exercem atividades de turismo comunitário, nove são favelas, quatro são quilombos, existe uma comunidade urbana, uma comunidade costeira/de praia e duas aldeias indígenas.

Quadro 2 - Lista de atividades de TBC na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	Nome Comunidade	Classificação comunidade	Organização Social
Rio de Janeiro	Babilônia e Chapéu Mangueira	Favela	Coop Babilônia
Rio de Janeiro	Pereira da Silva/Pereirão	Favela	Projeto Morrinho
Rio de Janeiro	Complexo da Maré	Favela	Museu da Maré, Redes da Maré
Rio de Janeiro	Santa Marta	Favela	Guias locais
Rio de Janeiro	Providência	Favela	Rolé dos Favelados, Casa Amarela
Rio de Janeiro	Cantagalo/Pavão/Pavãozinho	Favela	Museu de Favela
Rio de Janeiro	Rocinha	Favela	Rocinha original tour, Museu Sankofa
Rio de Janeiro	Vidigal	Favela	
Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	Favela	
Rio de Janeiro	Quilombo Cafundá Astrogilda	Quilombo	Quilombo Cafundá Astrogilda
Rio de Janeiro	Quilombo do Camorim	Quilombo	ACUCA (Associação Cultural do Camorim)
Niterói	Grotão	Quilombo	ACOTEM (Associação da comunidade tradicional do Engenho do Mato)
Magé	Feital	Quilombo	ACORQF (Associação da comunidade remanescente do Quilombo do Feital)
Rio de Janeiro	Paquetá	Comunidade	Paquetur

		Urbana	
Guapimirim	Guapimirim	Comunidade costeira/de praia	APA Guapimirim
Niterói	Tekoa Mbo'yty	Aldeia Indígena	Tekoa Mbo'yty
Maricá	Tekoa Ka'Aguy Ovy Por	Aldeia Indígena	Tekoa Ka'Aguy Ovy Por

Fonte: autor, 2021

Na cidade do Rio de Janeiro as favelas tiveram atividades de turismo presentes a partir dos anos 1980, e de maneira mais institucionalizada a partir de 1992 (Freire-Medeiros, 2009; 2006). Se no início eram de maneira agressiva, com o *jeep-tour* criando algo como um safari urbano, mais tarde as iniciativas comunitárias foram se desenvolvendo, aproximando os moradores dos turistas, possibilitando maior integração e geração de renda.

Desse modo o turismo em favelas tem, desde o início do edital de 2008, casos em que as comunidades participam ativamente da organização e recepção de visitantes. Atividades como o Tecendo redes no Cantagalo, depois parte das atividades do Museu de Favela MUF, e o Projeto Morrinho, na Favela do Pereirão, iniciado em 1997 e que a partir de 2006 se estruturou como ONG, incluindo o turismo de visitação como umas de suas atividades geradoras de renda e visibilidade ao projeto (Rocha, 2013) são exemplos de iniciativas fortalecidas com recursos do edital.

Rocha cita que a Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro, em parceria com o Ministério de Turismo, selecionou, em 2008, 15 ações de “turismo sustentável” com o objetivo de dar “educação, qualificar e gerar trabalho e renda, promovendo a inclusão social” (grifo da autora – Rocha, 2013, p.178, apud “Turismo sobe o morro, Jornal do Brasil, 28 de novembro de 2008) e que o Pereirão foi uma dessas favelas.

O maior desenvolvimento do turismo comunitário nas favelas cariocas se deu a partir das políticas públicas, tanto a implantação do Edital do Ministério do Turismo a partir de 2008, e das iniciativas referentes à realização dos grandes eventos esportivos na cidade. Nesse contexto as iniciativas realizadas na Favela Santa Marta, como o Projeto Rio Top Tour, trouxeram inequívoco impacto ao movimento de turismo comunitário nas favelas da cidade (Rodrigues, 2014). Esse projeto, iniciado também com apoio do Ministério do Turismo, foi desenvolvido pelo governo do estado naquela que foi a primeira favela a receber projetos de segurança pública, como as UPPs, e de mobilidade urbana, como o Plano Inclinado, ambos buscando transformar a favela em vitrine para o projeto olímpico do país. Incluindo aí a realização da Copa do Mundo de 2014. Mais um exemplo foi o que ocorreu no Cantagalo, com a organização do Museu de Favela MUF, criado em 2009 (Pinto; Silva; Loureiro, 2012), também relacionado à realização dos megaeventos esportivos

(Fagerlande, 2018). As demais favelas em que são encontradas atividades turísticas da cidade, como Rocinha, Vidigal, Babilônia-Chapéu Mangueira, Providência, Complexos da Maré e Alemão também tem grupos locais realizando atividades ligadas à visitação, e a museus comunitários (Fagerlande, 2021).

Além das favelas, na cidade do Rio de Janeiro são encontrados alguns quilombos com atividades de TBC. Dois deles no Parque Estadual da Pedra Branca, em meio a área de floresta. O Camorim em área remanescente de fazenda de cana de açúcar do século XVIII, e o Cafundá Astrojilda em área mais remota. Ambos têm atividades de visitação, em que além de ecoturismo, por serem em área de parque estadual, preservam a cultura negra, religião e festas. São lugares em que ao lado da preservação da cultura negra, da religião de matriz africana, é importante a questão da sustentabilidade ambiental, e da preservação dos laços de seus moradores com a natureza (Cáceres, 2017), além de um ponto importante ser a questão da posse da terra, sempre um conflito que a visibilidade alcançada pela visitação ajuda a manter em foco (Santos, 2018).

Outros quilombos localizados na cidade do Rio de Janeiro, mesmo já tendo tido atividades de TBC, como o de Sacopã, não constam dessa lista, pois as atividades estão suspensas no momento. A possibilidade de se considerar como quilombo a Pedra do Sal é levantada por grupos locais, que pretendem trazer a presença negra naquela área, considerada como Pequena África, como um lugar de memória, mas o contexto ainda embrionário do turismo, muito mais um espaço de lazer boêmio da cidade, levou a pesquisa a não colocar o lugar como TBC.

Nas demais cidades da Região Metropolitana as iniciativas de TBC se concentram, em Niterói e Maricá, com o Quilombo Grotão e a Aldeia Indígena Tekoa Mbo'ity em Niterói e outra Aldeia Indígena, Tekoa Ka'Aguy Ovy Por, em Maricá. As demais experiências com movimentação de TBC encontradas são o Quilombo Feital em Magé e em Guapimirim a visitação na APA local, que em trabalho conjunto com IcmBio são realizadas atividades com os pescadores, como observação de botos na baía de Guanabara (Schumacher; Rodrigues, 2020)

3.1.2 A Costa Verde

A divisão do estado em regiões mostra que a Costa Verde tem maior presença dessas atividades, em especial em áreas com a presença de comunidades caiçaras, de pescadores e de remanescentes quilombolas, nas cidades de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba. São áreas em que a paisagem natural é um grande diferencial, inclusive com Paraty tendo sido considerada Patrimônio Mundial pela junção entre a natureza, a cidade histórica e a presença cultural dessas populações. Trata-se de região com grande impacto da urbanização predatória, e a resistência dessas populações é um grande diferencial a ser estimulado.

Um dos principais momentos de articulação local desse movimento de TBC foi em 2007, quando foi criado o Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT, formado por grupos tradicionais de Paraty e Angra dos Reis. A partir dessa articulação houve um maior reconhecimento das ações de turismo local, culminando com um Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde em 2015 (Mendonça et al, 2017). Além das comunidades chamadas de caiçaras, que nessa pesquisa, por questões metodológicas denominamos de comunidades costeiras/de praia, temos as aldeias indígenas e os quilombos.

As aldeias indígenas com visitação situam-se em Paraty, como Aldeia Itaxim Guarani M'Biá de Paraty Mirim, Aldeia Araponga e Aldeia Pataxó Iriri. O turismo de visitação nessas aldeias reforça o caráter de preservação ambiental, pois trata-se de área protegida, em que a presença dessas populações tradicionais sempre se coloca como um obstáculo às questões da especulação imobiliária, bastante presente na Costa Verde. São muitas as unidades de conservação nessa região, como a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Estação Ecológica de Tamoios, Parque Estadual Cunhambebe, Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá, Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba o Saquinho de Itapirapuá, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (Mendonça et al, 2017).

A planilha abaixo (Quadro 3) apresenta somente um quilombo com visitação, o Quilombo da Independência, apesar da existência de outros quilombos na região, como os quilombo do Cabral, Santa Rita do Bracuí e Marambaia, todos sem visitação turística atualmente. A presença mais marcante é a de praias com comunidades que tem tido a atividade de turismo receptivo como uma das maiores fontes de renda, possibilitando a preservação desses lugares, em que existe forte ameaça da expansão imobiliária, sejam como segundas residências ou resorts e hotéis. Desse modo comunidades praieiras, como Trindade, Praia do Sono, Martim de Sá. Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba e Ilha do Araújo buscam as atividades do TBC como alternativa para a subsistência, ainda que com problemas provocados pelo contínuo aumento da visitação, que busca as praias antes quase desertas.

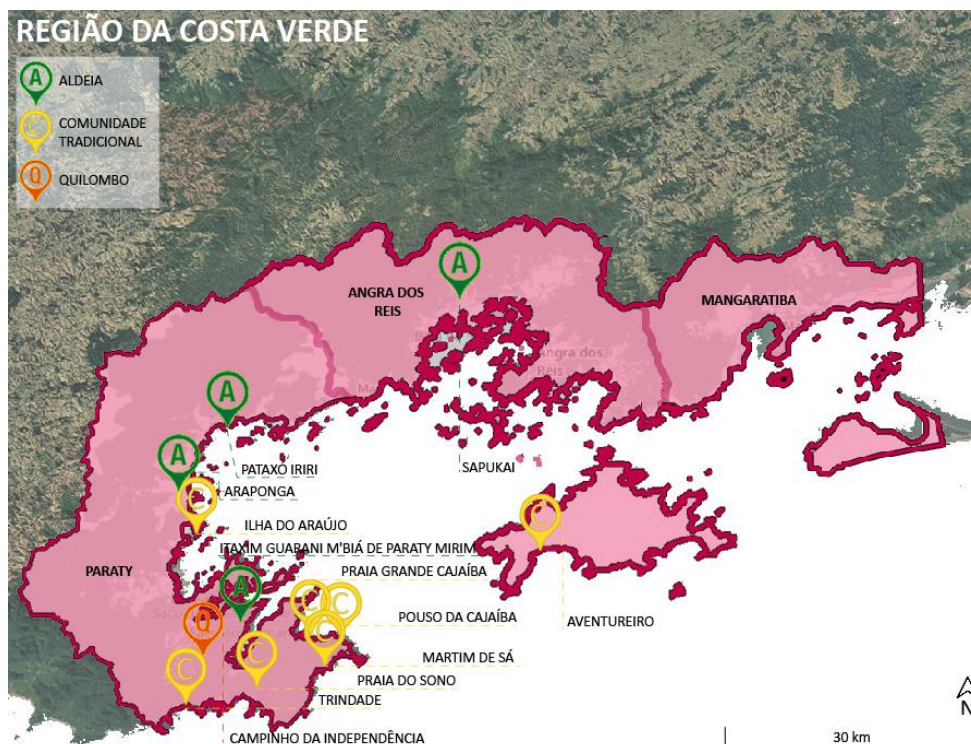


Figura 5: Mapa de atividades de TBC na Região da Costa Verde do Rio de Janeiro
 Fonte: LEC, 2021

Quadro 3 - Lista de atividades de TBC na Costa Verde do Rio de Janeiro

Município	Nome Comunidade	Classificação comunidade	Organização Social
Paraty	Quilombo do Campinho da Independência	Quilombo	Quilombo do Campinho
Paraty	Aldeia Itaxim Guarani M'Biá de Paraty Mirim	Aldeia Indígena	Aldeia
Paraty	Aldeia Araponga	Aldeia Indígena	Aldeia
Paraty	Aldeia Pataxó Iri	Aldeia Indígena Indígena	Aldeia
Paraty	Trindade	Comunidade costeira/de praia	Moradores locais
Paraty	Praia do Sono	Comunidade costeira/de praia	Moradores locais
Paraty	Martim de Sá	Comunidade costeira/de praia	Moradores locais
Paraty	Pouso da Cajaíba	Comunidade costeira/de praia	Moradores locais
Paraty	Praia Grande da Cajaíba	Comunidade costeira/de praia	Moradores locais
Paraty	Ilha do Araújo	Comunidade costeira/de praia	
Angra dos Reis	Aldeia Sapukai	Aldeia Indígena Indígena	
Angra dos Reis	Praia do Aventureiro	Comunidade costeira/de praia	

Fonte: autor, 2021

3.1.3 Costa do Sol e Região Noroeste do Estado

Uma das áreas do estado com maior movimentação turística, a região da Costa do Sol, apresenta poucas atividades relacionadas ao turismo de base comunitária, em uma região em que o turismo de massas e a urbanização turística tem tido um forte impacto tanto na relação com a expulsão de comunidades tradicionais, como as pesqueiras, como com o meio ambiente.

A existência de quilombos na região propicia as atividades turísticas, podendo ser aproveitado o potencial local, mas somente um quilombo em Búzios, o Quilombo de Baía Formosa, tem tido atividades eventuais, podendo assim ser considerado para esse mapeamento, nesse momento.

Na região Noroeste do estado somente no município de Quissamã, local com antigas fazendas de cana de açúcar, podem ser encontradas iniciativas ligadas à presença negra e na existência de quilombos. Como se trata de um município sem um litoral atraente para o turismo, a legislação municipal encontrada favorece essas atividades turísticas como forma de geração de renda para a população local. Mesmo assim a atividade, no Quilombo Machadinho, encontra-se inativo no momento.

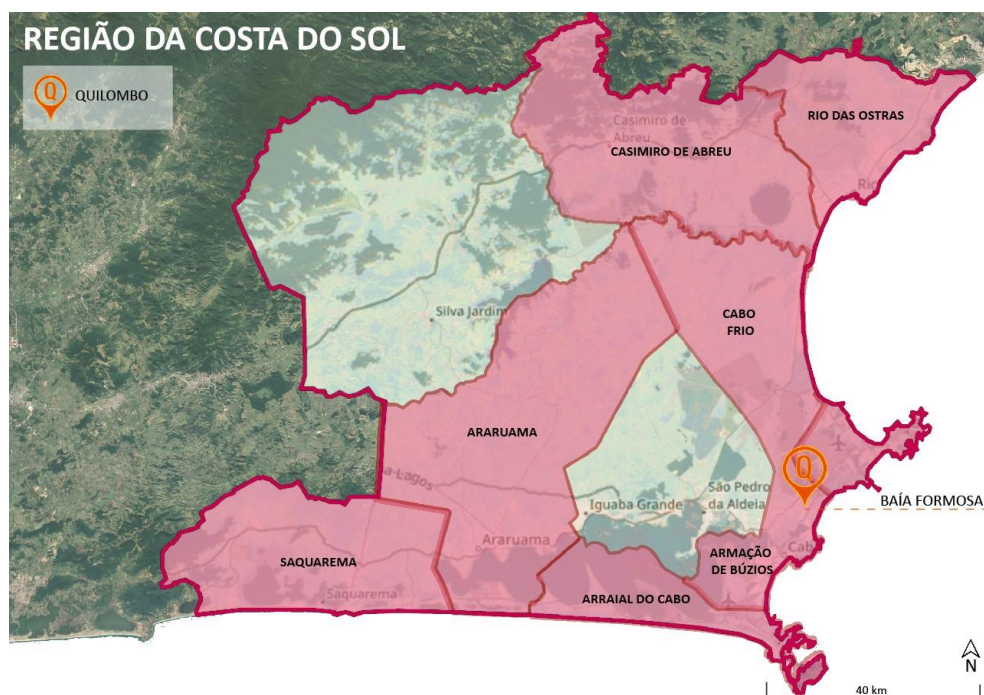


Figura 6 – Atividades de TBC na Costa do Sol
Fonte: LEC, 2021

Quadro 4 - Lista de atividades de TBC na Costa do Sol e Região Noroeste do Rio de Janeiro

Município	Nome Comunidade	Classificação comunidade	Organização Social
Armação de Búzios	Quilombo de Baía Formosa	Quilombo	ARQBAF

Fonte: autor, 2021

4. CONCLUSÕES

A pesquisa apresenta um panorama amplo das atividades de TBC no estado do Rio de Janeiro, que dentro de um panorama nacional sempre se mostrou relevante, tendo o edital de 2008 como base inicial. Ao se analisar as legislações, verifica-se que mesmo em âmbito estadual existe algum interesse referente às atividades, mesmo após o seu maior momento, que foi entre 2008 e 2016, devido ao maior interesse provocado pelas políticas nacionais.

Ao acompanhar a divisão do estado sugerida pela TurisRio, podemos verificar que a distribuição das atividades não é homogênea, com a Região Metropolitana com dezessete iniciativas, a Costa Verde com doze e a Costa do Sol e Região Noroeste com somente uma iniciativa. Considerando que mesmo com diferenças importantes tanto a Costa Verde como a Costa do Sol são regiões com forte movimentação turística, e a diferença existente em relação ao TBC é algo que deve ser mais estudado. Por certo as questões ligadas aos diferentes processos urbanos e de turismo de cada região levam a essas diferenças, com a diversidade ambiental e da presença das populações distribuídas de maneira diversa levando a essa situação. Deve ser também levado em consideração que as temporalidades da urbanização turística nessas áreas do estado foram bem diferentes, sendo a Costa do Sol uma região com maior tradição nesse aspecto, e a Costa Verde teve sua urbanização e estímulo ao turismo em momento posterior.

Com relação à Região Metropolitana, deve ser levada em conta a situação excepcional das favelas cariocas, que tem forte presença no quadro apresentado. A história do turismo em favelas no país certamente é algo a ser levado em consideração, pois desde 1992 a cidade tem verificado a presença dessa atividade, que passou a ser apropriado de maneira mais contundente pelas populações locais nos anos 2000, como já mostra a análise inicial do edital de 2008, no Quadro 1 apresentado nesse artigo.

Em geral a pesquisa vem mostrando que as diretrizes de 2008, em que o Ministério do Turismo lançou o projeto de financiamento de atividades de turismo comunitário se mantêm, e mesmo que na esfera federal o programa não esteja mais ativo, a própria criação de uma legislação estadual de 2018 normatizando o TBC mostra que há um interesse público, mesmo que com questões que devem ser mais bem discutidas com as comunidades. O estímulo através de políticas públicas se mostra importante, em especial com

relação ao financiamento e organização das atividades, que necessitam de suporte para sua atuação, mas o interesse das comunidades em manterem suas tradições e identidades se mantém como elemento fundamental para que as atividades de turismo de base comunitária existam no estado do Rio de Janeiro.

5. REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ALERJ. Lei Nº 7884 DE 02/03/2018 da ALERJ. <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/>

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (orgs.) (2009). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>.

Cáceres, L. S. R. (2017) Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ. Etnográfica, 21 (2), pp. 269-292. <https://doi.org/10.4000/etnografica.4887>

Cruz, R. C. A. (2009) Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual para pensar a realidade brasileira. In Bartholo, R.; Sansolo, D. G., & Bursztyn, I (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 92-107. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>.

Fagerlande, S. M. R. (2016) Turismo no Cantagalo-Pavão-Pavãozinho: albergues e mobilidade na favela. Anais do 1º Seminário Nacional de Turismo e Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível: <<http://casaruibarbosa.gov.br/>

Fagerlande, S. M. R. (2017) A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas. Revista de Arquitectura. Bogotá: Universidad Católica de Colombia, Vol. 19(1), 6-13.

Fagerlande, S. M. R. (2018) Grandes eventos esportivos: impactos nas favelas do Rio de Janeiro. Bitácora Urbano Territorial, v.28, p.143 - 151. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v28n2.70037>.

Fagerlande, S. M. R. (2021) Museus em comunidades: turismo e cultura, identidade, memória e participação comunitária em favelas do Rio de Janeiro. Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15-18, junho 2021. Salvador: UFBA (1884-1899). Disponível: <http://xvishcu.arg.ufba.br/anais-16o-shcu/>.

Fagerlande, S. M. R., Comelli, T. C. (2021) Turismo, gentrificação e transformação nas favelas da zona sul: reflexões retrospectivas e notas para o futuro. Brazilian Journal of Development. v.7, p.42958 - 452973. doi:10.34117/bjdv7n4-657.

Freire-Medeiros, B. (2009) Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editorial FGV.

Freire-Medeiros, B. (2006) A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico. Palestra conferida no CPDOC FGV RJ, 2006a. Biblioteca Digital FGV, Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4138/TurismoFavelaCarioca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Frenzel, F., Koens, K; & Stenbrink, M. (ed.) (2012). Slum Tourism: poverty, power and ethics. Abingdon, Inglaterra: Routledge.

Irving, M. A. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In Bartholo, R.; Sansolo, D. G., & Bursztyn, I (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 108-121. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>.

Menezes, P. V. (2012). A forgotten place to remember: reflections on the attempt to turn a favela into a museum. In Frenzel, F., Koens, K; & Stenbrink, M. (ed.). Slum Tourism: poverty, power and ethics. Abingdon, Inglaterra: Routledge, 103-124.

Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., Lopes, P. C. B., Andrade, S., R., Moraes, A. P. V. (2017) Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombos e indígenas. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v.10, n.2. Disponível: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/artic/e/view/6596>

Mielke, E. J. C., & Pegas, F. V. (2013) Turismo de base comunitária no Brasil: insustentabilidade é uma questão de gestão. In *Turismo em Análise*, V.24, n.1, abril 2013. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/article/download>

Morais, C. (2010) Turismo e o Museu de Favela: Um caminho para novas imagens das favelas do Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. São Paulo: v.04, n.01, 104 – 118. Disponível: www.eca.usp.br/turismocultural.

Perlman, J. E. (2016) The formalization of informal real estate transactions in Rio's favelas. In Birch, E. L., Chattaraj, S., & Wachter, S. M. (ed.). *Slums: how informal real estate market work*. Philadelphia, EUA: University of Pennsylvania Press, 58-72.

Pinto, R. C. S., Silva, C. E. G., & Loureiro, K. A. S. (org) (2012) *Circuito das Casas-Tela: Caminhos de vida no Museu de Favela*. 1.ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela.

Rocha, L. M. (2013) Uma favela “diferente das outras?” Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj.

Rodrigues, M. (2014) *Tudo junto e misturado: o almanaque da favela: turismo na Santa Marta*. 1.ed. Rio de Janeiro: Mar de Ideias.

Santos, A. H. (2018) A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo: V.20, N.3, p.457-478. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p457>

Schumacher, L., Rodrigues, C. (2020). Turismo de base comunitária na área de proteção ambiental de Guapi-Mirim: uma proposta de guia de campo para a interpretação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 20, núm. 3, 2020 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115464747006>

Silva, K. T. P., Ramiro, R. C., & Teixeira, B. S. (2009) Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In Bartholo, R.; Sansolo, D.

G., & Bursztyn, I (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, 359-475. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>.

Steinbrink, M., Frenzel, F. & Koens, K. (2012). Development and globalization of a new trend in tourism. In Frenzel, F., Koens, K; & Stenbrink, M. (ed.). *Slum Tourism: poverty, power and ethics*. Abingdon, Stenbrink, M., Frenzel, F. & Koens, K. (2012). Inglaterra: Routledge, 1-18.

Turismo de Base Comunitária (2008). Ministério do Turismo. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/353349214/Catlogo-Mtur-NOVO-pdf>

Zaoul, H. (2009) Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. In Bartholo, R.; Sansolo, D. G., & Bursztyn, I (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 55-75. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>.